

Declaramos para os devidos fins  
que a Lei Municipal n.º 2.946/2014  
foi devidamente publicado no Placar Ofi-  
cial no período de 26 / 05 / 14  
02 / 06 / 14 .  
Secretário de Administração

## LEI Nº 2.946, DE 26 DE MAIO DE 2014

"Dispõe sobre a concessão de auxílios e subvenções a pessoas carentes e dá outras providências."

A Câmara Municipal de Inhumas, Estado de Goiás, aprova e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

### CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

**Art. 1º** – A destinação de recursos públicos para, direta ou indiretamente, cobrir necessidades de pessoas carentes, no âmbito do Município de Inhumas, é autorizada nos termos desta Lei.

**Parágrafo único.** Os recursos a que se refere o caput podem ser financeiros ou materiais, transferidos em forma de auxílios ou subvenções, observadas as condições estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias e dentro dos limites previstos na Lei Orçamentária Anual ou em créditos adicionais.

**Art. 2º** - Podem ser beneficiárias de recursos públicos em comento, pessoas comprovadamente carentes, desde que se enquadrem nos casos especificados no Art. 4º desta Lei.

### CAPÍTULO II DAS DISPOSIÇÕES ESPECIAIS SEÇÃO I DOS AUXÍLIOS

**Art. 3º** - Considera-se auxílio, para os fins desta Lei, qualquer ajuda, amparo, assistência ou socorro prestados pelo Poder Público a pessoas carentes, em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública.

*[Handwritten signature]*

**Art. 4º** - O fornecimento dos auxílios previstos no artigo 3º, somente dar-se-á mediante as condições estabelecidas nos parágrafos seguintes.

**§ 1º** - Somente poderão ser fornecidos os auxílios às pessoas carentes, previamente cadastradas na Secretaria de Promoção Social, que se enquadrem em pelo menos uma das situações abaixo:

I – desemprego durante, no mínimo 03 (três) meses;

II – risco social, assim considerado pelo serviço de assistência social do município;

III – possuir renda *per capita* inferior a 50% (cinquenta por cento) do salário mínimo vigente;

IV – ser idoso ou aposentado, com no máximo um salário mínimo vigente, que comprove gastos expressivos com saúde;

V – estar residindo em moradia precária ou inadequada, assim atestado pela Secretaria de Promoção Social do Município.

**§ 2º** - As cestas básicas só poderão ser fornecidas diretamente ao beneficiário, não se admitindo qualquer tipo de intermediação, salvo nas hipóteses de curatela.

**§ 3º** - Somente poderão ser fornecidas passagens aos que estão devidamente cadastrados na Secretaria de Promoção Social, com a emissão de parecer pelo profissional de Assistência Social;

**§ 4º** - É vedado o fornecimento de passagem a mais de 02 (duas) pessoas da mesma família que convivam sob o mesmo teto;

**§ 6º** - Para a concessão dos auxílios tratados nesta Lei, será imprescindível a participação e fiscalização da Secretaria de Promoção Social e a elaboração de documento idôneo por Assistente Social, a fim de se comprovar a situação de vulnerabilidade social do beneficiário.

**Art. 5º** - A pessoa carente interessada em beneficiar-se dos auxílios previstos nesta Lei, ou seu representante, deverá dirigir-se à Secretaria Municipal de Promoção Social para pleiteá-lo, desde que enquadre nos critérios estabelecidos nesta Lei ou que porventura venha a ser estabelecido por Decreto.





**Art. 6º** - Para atender as despesas da presente Lei o Poder Executivo fará constar na Lei de Diretrizes Orçamentárias e no Orçamento Anual, verbas para auxílios e subvenções.

**Art. 7º** - O Poder Executivo poderá regulamentar esta Lei naquilo que couber.

**Art. 8º** - Revogam-se as disposições em contrário.

**Art. 9º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE INHUMAS, AOS 26 DIAS DO MÊS DE MAIO DE 2014.**



**DIOJI IKEDA**  
*Prefeito Municipal*



**ITAMAR JÚNIOR FLÔRES DE PAULA**  
*Secretário de Gestão e Planejamento*